

CURRÍCULO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA ABORDAGEM INTEGRAL DA EDUCAÇÃO

Maurício de Novais Reis¹

Maria Cleide Viana de Moura²

Cirilo Ricardo Sobrinho, com título³

Resumo: O artigo ora apresentado discorre acerca do currículo no Brasil, especificamente no que se refere à reprodução ideológica nas escolas públicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa é de caráter bibliográfico e teve como objetivo debater questões referentes ao processo histórico do currículo e seu caráter libertador, explicitando possíveis caminhos a serem trilhados pela Educação rumo a um currículo mais democrático para as escolas. No decorrer da pesquisa percebemos que a Educação brasileira ao longo desses anos foi submetida a vontades políticas, a ideologias de dominação e lutas de classe, lesada em todos os aspectos, por aqueles que têm a incumbência primária de zelar pela mesma: os governantes. É de relevância fundamental rever tal situação, uma vez que a Educação representa a possibilidade de transformação social, e não somente isto, os currículos devem propiciar aos educandos o direito de escolha, de aprendizagem, de desenvolvimento saudável, posto que só se pode erguer absolutamente um país quando os currículos escolares não se resumem ao âmbito educativo, mas também e, principalmente, ao âmbito da sociedade.

Palavras-chave: Currículo. Educação. Transformação. Poder. Sociedade.

CURRICULUM: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR AN INTEGRAL APPROACH TO EDUCATION

Abstract: The article now presented talks about the curriculum in Brazil, specifically with regard to the ideological reproduction in public schools in the early years of elementary education. The research is a bibliographic and aimed to discuss issues relating to the historical process of curriculum, and his character libertador, explaining possible paths to be pinched by education toward a curriculum more democratic for the schools. In the course of the research we realized that the Brazilian education over the years has been subject to political desires, the ideologies of domination and class struggles, harmed in all aspects, by those who have been assigned the task of overseeing the same: the rulers. It is of fundamental importance to review this situation, since the education represents the possibility of social transformation, and not only that, the curricula should provide the students the right to choose, learning, healthy development, since you can only raise absolutely a country when the school curriculum does not summarize the scope of education, but also, and mainly, the scope of society.

Keywords: Curriculum. Education. Transformation. Power. Society.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mauricio74321@hotmail.com

² E-mail: Universidade Federal do Espírito Santo.

³ E-mail: Universidade Federal do Espírito Santo.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória - ES, v. 23, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2017

1 INTRODUÇÃO

Há bastante tempo que o currículo deixou de ser uma área de pesquisa isolada, tido unicamente como um conceito técnico, superficial e desprezioso. Atualmente, o currículo encontra-se reconhecido como instrumento central do processo educativo, indo muito além das indagações pedagógicas e didáticas, mas perpassando toda e qualquer fronteira social, uma vez que o currículo visa não somente à transformação da educação, mas igualmente, a transformação de toda a sociedade. Não é de somenos importância as implicações culturais e econômicas estabelecidas pelos currículos escolares, tampouco são de somenos importância as ideologias reproduzidas pelos mesmos nas unidades escolares, as lutas de classes, as relações sociais e de poder estabelecidas no interior da escola e para além dos muros desta, as investigações históricas, éticas e políticas que o currículo promove.

Neste sentido, o currículo, analisado de maneira crítica e imparcial, revela-se qual artefato instalado como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica, na formação inicial e permanente dos docentes, no diálogo entre instituição educacional e sociedade (MOREIRA, 2009). As indagações a respeito do currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não se referem unicamente a conteúdos prontos a serem transmitidos aos alunos. Pelo contrário, representam uma construção e seleção de saberes e práticas produzidas em contexto concreto e em dinâmicas sociais, políticas, culturais, intelectuais e pedagógicas.

Desse modo, o presente artigo objetiva apresentar algumas análises, indagações e questionamentos referentes ao currículo na construção dos saberes construídos nas instituições escolares e, mais especificamente, aprofundar a reflexão no tocante à posição política que o mesmo assume, visto não ser possível haver organização social a menos que haja educação de qualidade; e uma educação de qualidade passa, impreterivelmente, pela abordagem do currículo, ou seja, pela dosagem de seus conteúdos, metodologias e intenções no âmbito político e pedagógico.

Por esse motivo faz-se necessário que o presente artigo, resultado de uma pesquisa de caráter bibliográfico, propicie reflexões aprofundadas na complexidade do pensamento de autores e obras cujas reflexões tornam-se basilares do campo curricular no Brasil, os quais são Michael W. Apple (2006), Nereide Saviani (2003), Antônio Flávio Moreira e Tomás Tadeu da Silva (2005) e José Gimeno Sacristán (2000). Ademais, em decorrência da amplitude das discussões ora apresentadas, tornou-se necessário recorrer a autores cuja concepção de Educação ultrapassa os modelos formais de ensino e enseja o caráter libertador do processo de ensino-aprendizagem, como Paulo Freire (2005) e Norberto Bobbio (1992). Não obstante, para argumentar acerca do processo curricular com seu caráter político, não poderíamos ignorar os subsídios presentes nas teorias do filósofo Michel Foucault (2000), para quem a escola assume papel disciplinador como instrumento de poder do Estado. Portanto, na esteira epistemológica do pensamento foucaultiano, este artigo salientará a posição da escola enquanto instrumento de promoção da obediência civil, em contraposição ao pensamento subversivo necessário à concepção curricular.

2 O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO HISTÓRICO

A palavra “currículo” deriva-se da expressão latina *curriculum vitae*, que sustentava a ideia de carreira, e que estava intimamente relacionada com a noção de ordenação, organização da história em determinado aspecto cronológico da existência, metodização (HAMILTON, 1992). Para Sacristán (2000), a noção origina-se da terminologia latina *currere*, que sugere um percurso ou circuito a ser completado.

Alguns estudiosos do currículo defendem que nas escolas da Idade Antiga, como na própria Roma, a terminologia *curriculum* não era sequer aplicada ao cotidiano estudantil, sendo incorporada somente anos mais tarde, possivelmente na época da Reforma Protestante em fins do século XVI. Nesta perspectiva, podemos compreender as transformações ocorridas no tocante à educação, não somente na forma como essa passa a ser ministrada, mas principalmente na forma como começa a conceituar-se. Saviani (2003, p. 25), refletindo acerca da história do currículo, além de enfatizar os primórdios desse no âmbito protestante,

mais especificamente calvinista, em vias de tornar-se um artefato da escolarização já naquela época, assevera Saviani (2003, p. 25, grifo da autora):

Assim é que adotam o termo latino, que significa *movimento progressivo ou carreira*, para indicar uma *entidade educativa que denotava uma totalidade estrutural e uma integridade seqüencial*, constituindo-se num *todo unitário*, que devia não apenas ser *seguido* mas também *acabado*.

Podem-se propor os currículos como os caminhos da inteligência que o aprendiz percorre em sua carreira de vida, com vistas à construção de sua cidadania e a sua competência profissional. Um currículo é sempre uma solução, ainda que provisória e discutível em seu valor e em suas formas de expressar-se em relação a um problema educativo. Portanto, precisamos entender que o currículo é a “bússola norteadora” da Educação. Sem o currículo, mesmo que provisório, ou seja, em constante transformação, a escola não consegue finalizar sua missão de educar com vistas à realidade, nem sequer postular a ideia de libertação. Isso porque ela necessita de um norte, um caminho a seguir, e esse caminho nada mais é que a prática consciente do currículo. Fica, portanto, evidente a necessidade de que a instituição de ensino esteja de fato comprometida com a Educação, não somente de forma a abrir suas portas e acolher os educandos, mas que possa planejar suas ações de modo a redescobrir os caminhos do sucesso educacional. Porque o currículo não representa somente a grade curricular, os conhecimentos ou as disciplinas aplicadas em sala de aula. O currículo envolve todo o contexto escolar e social, dentro e fora da escola.

Conforme explicita Sacristán (2000, p. 13),

A prática a que se refere o currículo, no entanto, é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo. É necessária uma certa prudência inicial frente a qualquer colocação ingênua de índole pedagógica que se apresente como capaz de reger a prática curricular ou, simplesmente, de racionalizá-la.

Atualmente, a instituição escolar encontra-se cada vez mais estigmatizada, desafiada a novas concepções, e não consegue responder aos desafios da sociedade globalizada. Primeiro porque a instituição escolar contemporânea não corresponde às necessidades reais da sociedade no que se refere ao ensino. A escola contemporânea é conteudista, não que não o fosse em períodos anteriores; todavia, os novos tempos exigem uma escola que não esteja voltada unicamente para os conteúdos conceituais, mas que reconheça a importância política dos

saberes que transmite no âmbito da sociedade globalizada. Primeiro, os fatores envolvidos no cotidiano escolar ultrapassam o aspecto de transmissão de conhecimentos, porque envolvem uma racionalidade para além da transmissão científica. Segundo porque se encontra perplexa diante das constantes transformações ocorridas no mundo, diante de tanta legislação em favor da Educação, mas que na prática tornam-se apenas instrumentos burocráticos, parâmetros que na realidade não amparam, antes burocratizam o ensino. Nesse sentido, Bobbio (1992, p. 79-80) esclarece:

[...] a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por ‘existência’ deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.

Se a educação, antes de qualquer coisa, faz-se instrumento de obrigação, por consequência, objeto de um contrato social pactuado pelo cidadão e o Estado, regido de forma normativa, no sentido de contribuir para a formação do homem, está implicado, mesmo que subjetivamente a existência do direito; direito este que assiste o cidadão, inclusive ao atribuir-lhe um caráter de consciência libertadora. Portanto, uma Educação de qualidade passa então a ser um direito real, que precisa ser garantido. Nessa perspectiva, pensando-se a educação enquanto um direito, urge empreender a lógica de uma educação verdadeiramente libertadora, que favoreça a emancipação do sujeito para o exercício pleno da vida em sociedade.

Entende-se o currículo como o conjunto de tudo o que existe no âmbito escolar, e fora dele. Para Moreira (2007, p. 07), o currículo propõe uma reflexão sobre o “para quem, o que, por que e como ensinar e aprender, reconhecendo interesses, diversidades, diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossas escolas”, permitindo-nos, dessa forma, repensar a funcionalidade do mesmo no sentido de organização, planejamento, legislação aplicada à realidade educacional para que o currículo se consolide, e uma série de questionamentos que surgem referentes à temática.

O currículo, portanto, identifica-se e perpassa todo o processo educativo proposto no projeto pedagógico, sendo também entendido como processo em desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento, visto necessitar sempre de manutenção para que sua funcionalidade e operacionalidade ocorram de modo a contemplar, legalmente, uma educação verdadeiramente libertadora, igualitária e solidária. Nesse sentido, compreender um planejamento intencional,

real, que inclusive, por estar intimamente relacionado à seleção, sequência e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem, compreende conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos e símbolos dispostos em conjuntos de disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação (SAVIANI, 2003).

3 O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO SOCIAL

Após a análise do percurso curricular, que por força da própria história, já implica por si mesma numa história da teoria do currículo, cabe lembrarmos que por sua demarcação histórica, o Brasil viu-se submerso num modelo educacional intensamente voltado para os interesses políticos das classes dominantes, característica que permanece vigente apesar das tentativas cada vez mais conscientes de combatê-la por intermédio da democracia. Afinal, não é segredo que a Educação, como quase tudo neste país representa os interesses das classes dominantes sobre as classes dominadas. Homens são escravizados diariamente, em trabalhos completamente insalubres para no fim do dia resgatar, à guisa de dor, sonho e suor, o pão de cada dia. Esta é uma realidade aparentemente natural, dir-se-ia até mesmo banal, entendendo que todo homem traz do trabalho um pouco de sua experiência traumática, e deprende-se de suas paixões em busca de novos saberes.

Os problemas que acompanham a história dos currículos na educação são tão antigos quanto os problemas que assolam a própria humanidade desde sua origem. Dessa forma,

A importância da história do currículo como campo específico de estudo, está, segundo alguns dos próprios historiadores, no fato de que as “investigações do passado podem ajudar a resolver problemas curriculares do presente” (FRANKLIN *apud* SAVIANI, 2003, p. 22). Além disso, permitem “o desenvolvimento de pontos de vista interessantes e novos (idem, *ibidem*) e podem “servir para fortalecer nossa sensibilidade crítica, e por conseguinte, para ajudar-nos a reformular nossos problemas de uma maneira nova e construtiva” (FRANKLIN, 1991, p. 43).

Trata-se, portanto, de um problema cultural, uma espécie de cultura ‘regressista’ em que a Educação não é do povo e para o povo, não serve a seus interesses mais necessários e

específicos, mas que na maioria absoluta das vezes incute nas mentes despreparadas a raiz dos pensamentos de resignação. Conforme esclarecido, os currículos escolares não foram criados para proveito de todos os cidadãos, antes, parecem defender uma minoria elitista que pensa dominar, mas não sabe que, ao dominar, são eles próprios dominados pelo sistema capitalista, corrupto, alienante, corrosivo em seus aspectos fomentadores de crises econômicas e colapsos sociais para a continuidade de sua existência enquanto sistema dominante. Sendo assim,

A perspectiva crítica de ensino e currículo concebe a produção do conhecimento como o ato de criar e recriar coletivo. Entende, como Paulo Freire, que o conhecimento compreende os ciclos: de produção do conhecimento novo; e de conhecimento ou percepção do conhecimento existente (SAVIANI, 2003, p. 51).

Compreende-se a aquisição do conhecimento como um instrumento que qualifica, e que, não obstante, identifica o ser humano como capaz, senhor do próprio destino, lutador que conhece as implicações de seu próprio desenvolvimento intelectual e cultural; implicações essas que o libertam da mitificação de sua existência, tornando-o interlocutor de sua essência, mais especificamente quanto à produção do conhecimento, que encontra-se intimamente ligada à produção de meios de vida. Distante do conhecimento que insere o homem no universo da cultura e dos saberes, tornando-o proprietário de um discurso articulado e de um raciocínio capacitado para os grandes debates que a vida em sociedade deve proporcionar, seja no campo intelectual, político ou econômico, acaba o homem tornando-se não mais do que um instrumento de trabalho manipulado pela sagacidade daqueles que buscam ordenar a vida social segundo seus critérios de dominação sustentados por um sistema educacional voltado ao atendimento das demandas provindas das classes dominantes.

4 O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO

Todo pensamento encerra uma ideologia, que por sua vez, depreende uma nova concepção ideológica, que desde os primórdios da teorização da escola e do ensino, tem mostrado ser um dos conceitos centrais, orientando a análise da escolarização de modo geral e a do currículo principalmente. Ademais, todo currículo encerra uma transmissão de ideologia, que estaria centrada em “disciplinas escolares que evidenciem o ensino de ideais sociais e políticos, como por exemplo História, Educação Moral, Estudos Sociais, porém, estando presente também,

sutilmente, nas disciplinas menos ‘ideologizantes’, como Matemática e Ciências” (MOREIRA; SILVA, 2005, p. 22).

O currículo traz consigo uma ideologização do ensino, compreendendo, ainda que sutilmente, um ideário político-social complexamente elaborado, não necessariamente por níveis sociais superiores, e que, entretanto, elabora-se conforme a cultura existente e aproveita-se de instrumentos preexistentes na própria cultura popular, mesmo que do senso comum, formando reações reformulantes a partir de fragmentos conexos da ideologia já existente e aceita. Dessa forma a revolução encontra-se submetida às forças do conhecimento formal, de maneira que o currículo transforma-se numa colossal rede de manifestações acerca de soluções compatíveis com a sociedade contemporânea. Afinal, o currículo escolar encontra na sociedade uma grande parceira, sendo essa a receptora de sua ideologização ou a transgressão em favor de um ideário mais adequado ao momento histórico.

A sociedade tem nas relações de poder sua realidade; no âmbito educacional, não é diferente. As escolas também travam sua própria luta de classes e têm sua ideologia ancorada nas relações de poder. De um lado, encontram-se os mantenedores do *status quo*, aqueles que buscam caracterizar a educação nos moldes de um sistema opressor, cujo tempo nos ensinou a chamar conservadores, enquanto que de outro lado se reproduzem com discreta rapidez os chamados revolucionários, que são os idealizadores de um currículo cidadão, libertário, que contemple o aprendizado a fim de que os educandos possam compreender a realidade que os cerca.

Visto sob essa luz, o estudo do currículo, daquilo que é considerado conhecimento escolar apropriado e os princípios usados para selecioná-lo e valorizá-lo, é parte de um problema mais amplo. [...] meu argumento tem sido o de que tal pesquisa propicia o surgimento de uma área pela qual podemos examinar a reprodução econômica e cultural das relações de classes em sociedades desiguais (APPLE, 2006, p. 211).

Nos instantes mesmos em que se levantam estas discussões acerca da aprendizagem, das metodologias de ensino aplicadas, das percepções de uma escola futurista e solidária, das relações de poder, confrontam-se tais debates, quase que indubitavelmente, com o ideário cultural, fruto de um sistema de valores indefeso e inacabado. Faz-se imprescindível recordar que o currículo escolar deveria contemplar, por meio de sua ideologia, os valores éticos,

morais e de humanitarismo, algo que na instituição educacional brasileira tornou-se objeto de questionamentos.

5 O CURRÍCULO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Algumas disciplinas escolares desaparecem tão rapidamente quanto surgiram, dando lugar a outras disciplinas que também vão aparecendo (FILGUEIRAS, 2010, p. 3376). Curiosamente, as disciplinas que desaparecem por sua “ineficácia pedagógica” formam um grupo menor do que as que surgem a cada ano letivo com a promessa sempre revolucionária de transformação. Entretanto, não é bem o que temos assistido no último século. Pelo contrário, assistimos à ascensão vertiginosa de diversas disciplinas, sem que pouca ou nenhuma mudança tenha efetivamente ocorrido.

Pereira (2010, p. 1), refletindo acerca da “ineficácia pedagógica” que causou a extinção da disciplina de Educação Moral e Cívica, que até pouco tempo compunha o currículo escolar, realiza uma série de reflexões a respeito da escola e a ética no atual momento encetado pelo Brasil. Nesse sentido, argumenta que

Anos atrás, tínhamos no currículo escolar a disciplina de “Educação Moral e Cívica”. A aula trabalhava questões relativas à sociedade... A disciplina tinha muitas finalidades, dentre elas o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana, o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade e o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum. Mas, os anos passaram e a disciplina foi extinta de maneira equivocada do currículo escolar.

As disciplinas que compõem o currículo escolar de uma nação não são escolhidas pelos estudantes que as utilizarão como instrumentos de investigação, antes, são delineadas pelo consenso entre os estudiosos da Educação, forças políticas e econômicas tensionadas mediante seus interesses. Os conteúdos escolares são definidos politicamente, mesmo quando partem de projetos populares⁴. Por isso, surgem e desaparecem tão rapidamente, pois não servem verdadeiramente aos interesses da sociedade, mas buscam, incessantemente,

⁴ Um exemplo de como os currículos são definidos politicamente, além da exclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, está demonstrado na inclusão (justa, diga-se) da Lei 11645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino de todo o país (BRASIL, 2008).

reproduzir a ideologia da época a qual pertencem. Nesse sentido, percebem-se os motivos pelos quais a disciplina de Educação Moral e Cívica foi extinta do currículo escolar, e um destes motivos é libertar o país dos resquícios do Regime Militar, numa tentativa de subverter a história do país. Pensando dessa forma, nos vem à mente a ideologia que nos é imposta. Por outro lado, discute-se, atualmente, uma ampla reformulação no currículo oficial, visando à sistematização do ensino em todo o território nacional, elegendo uma proposta que integrará uma base curricular nacional comum a todos os sistemas de ensino. Não obstante, ampla discussão esteja sendo realizada em todos os setores da Educação, torna-se necessário questionar as razões para essa reformulação. Sendo as razões motivadas pelo desejo de construir uma educação realmente libertadora, certamente as mudanças curriculares tornar-se-ão instrumentos essenciais do processo de ensino-aprendizagem⁵.

Contudo, não entraremos nessas questões mais delicadas; antes, faz-se necessário que reflitamos acerca da relevância das disciplinas escolares. Malgrado os conhecimentos curriculares/disciplinares sejam sistematizados sob as mais diversas nomenclaturas, referem-se habitualmente ao domínio da linguagem, pensamento lógico, ciências, história, estética, religião e filosofia (OLIVEIRA, 2002).

Desse modo, os conhecimentos acabam chegando aos educandos de maneira parcial, subdivididos, quebrados em partes menores a fim de que possam ser digeridos mais facilmente. A ideia de disciplina permite que ao aluno reconhecer a realidade, mesmo que fora de sua totalidade subjacente. Nessa perspectiva, o ensino da língua portuguesa, por exemplo, esboça traços de interdisciplinaridade, visto que percorre todas as áreas do conhecimento, acontecendo o mesmo com a matemática, as ciências e a filosofia, cujos estatutos ontológicos requerem a integração dos saberes a fim de que haja complementação do conhecimento. Todavia, a subdivisão supracitada embora bastante discutida na atualidade, implica forçosamente na aceitação do método cartesiano de perspectiva de conhecimento. O método cartesiano chega a refletir na forma como as aulas são divididas, a saber, o tempo aplicado às aulas.

⁵ A Lei 13.415/2017 institui a reforma do ensino médio que, embora não constitua escopo deste artigo, serve-nos de exemplo no tocante ao poder exercido pelo Estado sobre os currículos escolar (BRASIL, 2017).
Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória - ES, v. 23, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2017

Embora dominar a leitura e a escrita facilite o aprendizado do sujeito, uma vez que a interpretação de textos está intimamente relacionada ao cotidiano do indivíduo, tanto na escola como em todos os aspectos da vida do indivíduo, o ensino formal precisa abranger os caminhos da história, auxiliar na compreensão dos espaços geográficos, compreender as indagações filosóficas mais profundas e subjetivas surgidas da peculiaridade da atitude do homem para com a vida, propiciar maior compreensão do pensamento matemático para que o domínio dos cálculos constitua, também, uma consciência da realidade. Enfim, abrir caminhos rumo à conscientização de si como participante da realidade.

Não obstante, todas essas áreas do conhecimento sejam de fundamental importância para o completo desenvolvimento do ser humano, não é somente essa a função do currículo no âmbito escolar. O currículo deve promover valores, hábitos, comportamentos e atitudes que “civilizem” aqueles que estão envolvidos no processo educativo, tendo como uma de suas prioridades a discussão de temas atuais que sejam de interesse social. Porque ainda que se ensinem entusiasticamente nossas crianças a língua portuguesa, a matemática e os fundamentos mais peculiares das ciências, artes e filosofias, percebe-se uma sutil, porém degradante, deficiência no ensino da ética, dos valores, dos hábitos construtivos. Logo, temos uma Educação dividida em fatias disciplinares enciclopédicas e alunos fatigados de ‘tanto saber’⁶. Posto que é impossível fragmentar a realidade, por que a escola persiste em dividi-la, cartesianamente, para apresentá-la aos discentes?

6 O PERFIL DO PROFESSOR FRENTE AO CURRÍCULO

Muito se tem debatido acerca do papel do professor na Educação. Calorosos debates têm preenchido páginas nas mais diversas antologias, desde ensaios até teses de doutoramento. Não é, entretanto, novidade para nós, que o professor atualmente não goza do *status* de “detentor do saber”, como outrora. Pelo contrário, o professor atualmente reveste-se de um senso de mediação, sendo, sobretudo, elemento mediador do processo de aprendizagem entre os alunos e o conhecimento.

⁶ “A palavra “enciclopédia” deriva da noção de círculo – *kyklios* – símbolo da totalidade e da completude” para os gregos (GALLO, 2009, p. 16).

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória - ES, v. 23, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2017

Paulo Freire (2005, p. 66) salienta a inutilidade da chamada educação bancária, peculiar da concepção curricular tradicional, quando exprime:

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.
[...] Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem.

Dessa forma, somos todos remetidos a refletir acerca do *verdadeiro* papel do educador, analisando como se desenvolve sua prática educativa. Não somente isso, somos também remetidos a uma reflexão mais acurada a respeito das indagações pedagógicas mais agudas, principalmente no tocante às maneiras de ensinar. Obviamente, não se trata unicamente de formular receitas prontas e acabadas a despeito das quais a educação nacional permaneceria no mesmo patamar, inclusive ressuscitando, ou mesmo fortalecendo, uma educação mecanicista, que não condiz com a realidade em que vivemos.

Não. Antes, necessita-se de uma educação centrada não no professor, mas no próprio educando, que deve perceber-se como um ser consciente e capaz, protagonista do processo educacional. Ao contrário do que pensam educadores tradicionalistas, as crianças aprendem melhor em contato com a realidade, pois a realidade as atrai incomensuravelmente. Não há melhor modo de se aprender senão por meio das próprias experiências.

Existem ainda, e é abundante, a quantidade de professores que acreditam serem eles próprios o centro do processo educativo. Esquecem-se que os alunos necessitam atingir a autonomia para que possam aprender efetivamente, e que a Educação não se resume a aulas expositivas, distantes de qualquer significado, mas que se complementa na racionalidade da ação docente. Por outro lado, também existe um sem-número de educadores que são apaixonados pela educação e que fazem do processo educativo seu universo pessoal, preocupando-se sinceramente com o futuro do país e de seus educandos.

Entrementes o professor necessita estar atualizado, comprometido com o desenvolvimento integral de seus educandos, buscando sempre maneiras novas e lúdicas de ensinar. Para tanto, torna-se indispensável que os educadores estejam preparados, conscientes de suas potencialidades, mediante às quais das quais também instigarão as potencialidades dos

educandos, para que esses tenham a possibilidade irrefragável de tomar em suas mãos as rédeas do próprio destino. Embora o papel do professor consista em repassar conteúdo, transmitir conhecimentos e saberes, não é somente essa sua *verdadeira* função. O educador, por natureza de seu ofício, deve ser comprometido com os valores que o currículo promove, ou pelo menos, deve promover. Deve partir do educador o questionamento acerca da realidade política, econômica, histórica e social. O professor problematiza a realidade, permitindo que seus educandos repensem as problematizações empreendidas pelo professor em sala de aula; ao problematizar a realidade, os alunos constroem um discurso próprio, articulado e estruturado sobre os alicerces do pensamento livre e soberano. De outro modo, o educador não passará de mero depositante de conteúdos conceituais, cuja memória, não compreendendo plenamente as razões daqueles saberes, colocará para fora o mais depressa possível.

Destarte, ponderando as ideias de Freire (2005, p. 79) quanto à perspectiva de educação mediatizada pelo mundo, portanto concebida dialogicamente, concorda-se que o

[...] educador não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.

Desse modo, dar-se conta que o educador precisa compreender as sutilezas de sua prática pedagógica, utilizando-se de mecanismos de “descortinamento” à ideologia encoberta nos programas educacionais. Infelizmente, porém, os educadores do nosso tempo manifestam um terror mórbido de serem identificados como subversivos, e, mais uma vez, aceitam passivamente a hierarquização do ensino na forma de uma ideologia disciplinada que visa à simples transmissão de conteúdo.

7 CURRÍCULO E SUBVERSÃO

A Educação constitui-se instrumento importantíssimo de transmissão da cultura construída ancestralmente. Outrossim, para além das contribuições advindas das culturas clássicas e civilizações antigas responsáveis pela formação das civilizações modernas, a cultura estrutura-se no interior de um discurso construído a partir da evolução da racionalidade humana. Nesse sentido, as escolas funcionam enquanto centros de inserção dos indivíduos nos padrões culturais estabelecidos, aceitos e sancionados pelas sociedades em que esses indivíduos encontram-se inseridos. Fugir a essa realidade tornou-se impossível à medida que

as investigações antropológicas e sociológicas nos apresentam inúmeros fatos acerca da posição do indivíduo enquanto sujeito da cultura. Assim, a escola não só ocupa o lugar de responsável pela transmissão da cultura ancestral, como determina os conhecimentos que devem ser transmitidos às gerações vindouras. Especialmente depois do Renascimento, a racionalidade científica passou a predominar preponderantemente nas instituições formadoras. Todavia, faz-se necessário recordar que, conforme salienta especificamente o pensador francês Michel Foucault, as instituições sociais possuem um objetivo completamente diferente daquele defendido neste texto. Enquanto defendemos neste ensaio teórico a escola enquanto instituição social libertadora, Foucault salienta que as instituições operam um poder disciplinar, cujo objetivo é adestrar o indivíduo tornando-o dócil para a obediência civil. Utilizando-nos da análise foucaultiana, podemos estabelecer relações entre a realidade escolar e a realidade das fábricas, prisões e demais instituições disciplinares. Para tanto, o conceito de biopoder pode esclarecer algumas razões pelas quais o currículo escolar destoa fragorosamente do aspecto de emancipação, constituindo-se um equívoco no limite da efetiva aprendizagem.

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...] (FOUCAULT, 2000, p. 292-293).

Urge, portanto, enfatizar que embora o pensador francês tenha transitado fabulosamente entre várias determinações conceituais, a educação, porém, não constitui uma área sobre a qual Foucault tenha se debruçado pormenorizadamente. Por outro lado, as investigações foucaultianas acerca das instituições sociais nos autorizam irrefragavelmente a articular um pensamento que relacione as ideias desse pensador ao campo do currículo, posto que ao pensar a modernidade, Foucault inscreve uma diagnóstica da realidade social. Essa diagnóstica da realidade social inscrita pelo filósofo produziu um marco situacional também da realidade escolar. Esse marco situacional faz-nos pensar o currículo a partir de outra perspectiva, agora embasados na teoria do poder. Um currículo subversivo precisa ser, sobretudo, para todos; deve provocar a ruptura definitiva com o modelo essencialmente ancorado na dominação de classe, e estabelecer importantes pontos de rupturas com os saberes cristalizados numa teoria curricular tradicional, hierarquizada e mecanicista.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo é certamente a “ferramenta” mais importante a ser utilizada no âmbito educacional. Entretanto, como todas as criações humanas, necessita que seja utilizado de maneira consciente a fim de que sua eficácia perpasse as fronteiras dos muros da escola e atinja seus objetivos mais nobres. Nessa perspectiva, deve-se entender o currículo como um instrumento valiosíssimo de transformação social, não meramente como um simples artefato de organização e normatização dos programas escolares, inclusive porque sua abrangência torna-se mais ampla à medida que se busca uma educação mais igualitária e democrática. Contudo, não se devem confundir as funções do currículo com a educação “bancária”, que ainda é fortemente defendida por uma parcela considerável de profissionais da educação. Pelo contrário, o currículo deve promover a criticidade entre os educandos, a cultura e as implicações éticas de suas decisões, e mais, deve proporcionar aos educandos o desenvolvimento global, completo, de suas potencialidades.

Segundo Oliveira (2002) currículo compreende os aspectos relacionados ao ensino, especificamente ao que se ensina, como se ensina, para quem se ensina e porque se ensina. Apesar de selecionar a dosagem dos conteúdos aplicados na escola, o currículo assume outras funções essenciais: promover valores culturais, éticos e morais, além de influenciar comportamentos, atitudes e maneiras de pensar. Dessa forma o currículo supera as funções meramente educativas para assumir um caráter social, político e cultural. Portanto, destacam-se as influências do mesmo, tanto no seu caráter educativo quanto em seu caráter social; mas principalmente em seu caráter político encontra-se a autonomia que somente a prática de um currículo consciente poderá propiciar.

Nessa perspectiva, o currículo torna-se instrumento indispensável na construção de uma nação verdadeiramente consciente, desde a formação de professores, que são aqueles que avocam a responsabilidade da mediação do aluno e o conhecimento, ambos ensinando e aprendendo mediatizados pelo mundo, até a consciência acerca dos componentes disciplinares, cartesianamente divididos, que são os meios utilizados nessa investigação, sendo, obviamente de relevância indispensável, porém questionável, para a construção do conhecimento.

Para tanto, o currículo escolar deve promover um sistema educacional igualitário, que valorize todos os profissionais, amplie o horizonte de consciência e decisão dos educandos, reconheça as implicações sociopolíticas envolvidas na construção dos saberes escolares, bem como sua transmissão no cotidiano escolar. A reflexão sobre o currículo deve promover uma escola onde as vitórias sejam compartilhadas por todos; uma escola onde as derrotas, os fracassos sejam também compartilhados, e que, principalmente, sirvam de alavanca na busca da transformação. Enfim, deve propiciar a construção de uma escola que elimine de forma definitiva a segregação hierárquica do sistema educacional vigente, que divide a sociedade em classes antagônicas. Uma escola realmente democrática e menos demagógica com vistas ao futuro que começa com a prática consciente de um currículo social, democrático e igualitário.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília. D.O.U. de 11 de março de 2008.

BRASIL. Lei 13.415/17 de 16 de Fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília. D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O Livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964**: a construção de uma disciplina. 210. Disponível em:

<<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>>.

Acesso em: 12 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALLO, Sílvio. Currículo: entre disciplinaridades, interdisciplinaridades... e outras ideias! **Salto Para o Futuro**, ano 19, n. 1, abr. 2009.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Teoria & Educação**, n. 6, p. 33-51, 1992.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Currículo, cultura e sociedade**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Apresentação. In: BRASIL. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio. Currículo: conhecimento e cultura. Sobre a qualidade na educação básica. **Salto Para o Futuro**, ano 19, n. 1, abr. 2009.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Aprender e Ensinar**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2002.

PEREIRA, Cassiane Leonor Sartori. **Educação Moral e Cívica no currículo escolar**. 2010. Disponível em <<http://www.pucrs.br/mj/artigo-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-escolar.php>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Trabalho recebido em: 13/12/2014

Aceito em: 13/10/2016

Publicado em: 30/06/2017

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

REIS, Maurício de Novais; MOURA, Maria Cleide Viana de; SOBRINHO, Cirilo Ricardo. Currículo: desafios e perspectivas para uma abordagem integral da educação. **Revista Pró-Discinte**, Vitória, v. 23, n. 1, p. 44-60, jan./jun. 2017.